

A. I. Nº - 128984.0114/04-4
AUTUADO - STEP BY STEP COMÉRCIO DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA.
AUTUANTES - CARLOS RIZÉRIO FILHO e RUI ALVES DE AMORIM
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 08.07.05

2ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0192-02/05

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. MERCADORIAS DESTINADAS A CONTRIBUINTE COM INSCRIÇÃO CANCELADA. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias tributadas, destinadas a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, é devido o imposto por antecipação na entrada no território deste Estado. Comprovada a infração. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 07/11/2004, exige a antecipação do ICMS no valor de R\$ 637,23, acrescido da multa de 60%, em razão da aquisição interestadual de 72 PARES DE CALÇADOS, constantes da Nota Fiscal 000994, por estabelecimento de contribuinte com inscrição estadual cancelada, conforme Termo de Apreensão e Documentos às fls. 5 a 6 dos autos. Foram dados como infringidos os artigos 125, II, “a”, 2, 149; 150 e 191, c/c os artigos 911 e 913, todos do RICMS, aprovado pelo Decreto n. 6.284/97, sendo a multa aplicada conforme art. 42, II, “d”, da Lei n. 7.014/96.

O autuado, em sua impugnação, às fls. 14 a 15 do PAF, alega que houve erro do fornecedor na emissão da nota fiscal que acobertava o transporte da mercadoria, e que solicitou do mesmo que emitisse nota fiscal em nome do cliente correto, conforme Nota Fiscal nº 1102, e que lhe fosse enviada a mercadoria e nota fiscal corretos, conforme Nota Fiscal nº 1207. Informou que solicitou, através de e-mail, à empresa transportadora Braspress, uma declaração de que a mercadoria não foi retirada do seu terminal de cargas, requereu a improcedência da autuação.

Na informação fiscal, às fls. 27 a 28, preposto fiscal estranho ao feito esclarece que a autuação está baseada no cancelamento da inscrição estadual do contribuinte no dia 06/10/2004, e efetivamente cancelada no dia 05/11/2004, através de editais publicados no Diário Oficial do Estado, conforme documentos às fls. 08 e 09, pelo motivo descrito no artigo 171, inciso XV do RICMS/97, motivado na situação de “quando o contribuinte tiver indeferida sua inscrição, liberada sem vistoria prévia, após a realização da vistoria para validação – cancelamento da validação”.

Assinala que as alegações defensivas a respeito de erro do fornecedor na emissão da nota fiscal, não foram comprovadas através de carta de correção, e os documentos apresentados não socorrem as pretensões do autuado, por entender que não justificam a aquisição de mercadorias com a inscrição estadual cancelada.

Ressalta que em situação cadastral irregular, e tendo sido flagrado impedido de praticar atos de comércio, a autuação está correta, obrigando-se o autuado a antecipar o recolhimento do ICMS correspondente, acrescido da multa prevista no artigo 42, inciso IV, alínea “j” da Lei nº 7.014/96.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir o imposto, por antecipação, em razão da constatação da destinação de mercadorias a contribuinte com inscrição estadual cancelada.

De acordo com o que consta no INC – Informações do Contribuinte da SEFAZ/BA (docs. fls. 08 e 09), o autuado antes do cancelamento de sua inscrição foi intimado para cancelamento em 06/10/2004 (Edital nº 38/2004), e teve sua inscrição estadual cancelada por iniciativa da repartição fazendária através de Edital de Cancelamento nº 32/2004, publicado no Diário Oficial do Estado em 27/10/2004, pelo motivo previsto no art. 171, inciso XV, do RICMS aprovado pelo Decreto nº 6.284/97, em razão do indeferimento do seu pedido de inscrição, liberada sem vistoria prévia.

Devo ressaltar que, consoante determina o §1º do citado artigo 171 do RICMS, o procedimento de cancelamento da inscrição estadual foi precedido do Edital de Intimação para Cancelamento de nº 38/2004, publicado no Diário Oficial do Estado em 27/10/04, no qual foi fixado o prazo de 20 dias para a regularização, tendo sido reativada a inscrição no dia 13/12/2004.

No presente caso, o autuado, antes do cancelamento de sua inscrição, teve a oportunidade de regularizar sua situação cadastral, conforme intimação através do citado Edital publicado no Diário Oficial do Estado, somente vindo a regularizar sua situação cadastral em 13/12/2004, após a data da autuação, cujo autuado em sua defesa não discute o motivo do cancelamento.

Quanto a tentativa de descaracterizar a autuação alegando que houve erro na emissão da nota fiscal que acobertada o trânsito da mercadoria apreendida, observo que os documentos apresentados às fls. 16 a 20, não elidem a acusação fiscal, pois se houve erro na emissão do documento fiscal, deveria ter sido comprovado pelo fornecedor o cancelamento da Nota Fiscal nº 0994, inclusive com os lançamentos nos livros fiscais, ou mediante a emissão de nota de entrada, haja vista que conforme prevê a legislação tributária quando se trata de dados que influam no cálculo do imposto ou mudança completa do estabelecimento destinatário, não se admite tais alterações através de carta de correção, o que aliás, não é o caso, pois o autuado não cogitou essa possibilidade. Observo, ainda, que a Nota Fiscal nº 1102 em nome de outro contribuinte, e a de nº 1207 em nome do autuado, emitidas respectivamente em 19/11/2004 e 03/12/2004, tratam-se de operações distintas da autuação, sendo que a última também foi emitida no período em que o contribuinte se encontrava irregular.

Nesta circunstância, ficou caracterizada a aquisição das mercadorias pelo autuado, o qual se encontrava, à época da ação fiscal, com sua situação cadastral irregular. Nesta condição é devido o recolhimento do imposto por antecipação na entrada no território do Estado da Bahia, por destinar-se a contribuinte não inscrito ou sem destinatário certo, nos termos do art. 125, inciso II, “a”, do RICMS, acrescido da multa por infração prevista no art. 42, inciso IV, alínea “j”, da Lei nº 7.014/96. Mantida a ação fiscal.

Do exposto, voto o Auto de Infração PROCEDENTE.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 2ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **128984.0114/04-4**, lavrado contra **STEP BY STEP COMÉRCIO DE CALÇADOS E ACESSÓRIOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para

efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 637,23**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d”, da Lei n. 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 09 de junho de 2005.

JOSÉ CARLOS BACELAR – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – JULGADOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA